



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO N.º _____, DE 2011.
(Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Requer a realização de audiência pública destinada a discutir a implantação da Lei Nº 12.244/2010, que prevê a universalização das bibliotecas nas escolas públicas e privadas do país.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública destinada a discutir a implantação da “Lei das Bibliotecas” nas escolas públicas e privadas do país.

Requeiro ainda que sejam convidados o presidente do Conselho Nacional de Educação, Antônio Carlos Caruso Ronca; a presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Nêmore Arlindo Rodrigues; o Coordenador-Geral dos Programas do Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; a Secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva.

Justificação

A Lei 12.244/10, que prevê a universalização das bibliotecas nas escolas públicas e privadas do País foi sancionada pelo presidente Lula no ano de 2010, mas até agora as iniciativas para sua implementação ainda são tímidas e insuficientes.

Pela lei, as escolas terão até dez anos para instalar os espaços destinados aos livros, documentos para consulta, pesquisa e leitura. Todas as escolas públicas e privadas do País deverão ter, em até dez anos, bibliotecas com, pelo menos, um livro por aluno matriculado. A organização, a manutenção e o funcionamento dos acervos deverão ser feitas por cada instituição.

De acordo com o censo escolar de 2008, feito pelo Ministério da Educação, 37% das 200 mil escolas de educação básica no País não possuem biblioteca. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) ainda não possui uma tabela fechada com os dados sobre o levantamento de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

2009.

Ante o exposto, acredito que a Comissão de Educação e Cultura tem grande papel a desempenhar fomentando o debate sobre esta lei e criando condições para que ela saia definitivamente do papel.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Alice Portugal
Deputada Federal